

MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO ANÁLISE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO REFERENTE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO FASE PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 02

CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2019

OBJETO: Contratação de serviços especializados de consultoria para revisão do Plano Diretor Municipal.

INTERESSADA - ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.610.553/0001-91, protocolo nº 359 do dia 19/10/2020.

I – DAS PRELIMINARES


A empresa interessa, já qualificada nos autos do procedimento licitatório, processo em epígrafe, através de seu Representante legal, devidamente constituído, apresenta PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, invocada pelo termos do artigo 109, III § 4º da Lei nº 8.666/93 diante do julgamento oferecido pela Comissão Permanente de Licitação na fase Proposta Técnica – abertura de ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA – pela qual surtir ao final DESCLASSIFICADA.

O PEDIDO foi recebido com efeito suspensivo pela Comissão Permanente de Licitação.

Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar o feito.

II – DAS RAZÕES DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Passa-se a transcrever as RAZÕES apresentadas ao PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

 Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba – PR
E-mail: ec@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3020-6830

RECURSO DE CONTRARRAZÃO

Recebido em / /

Assinatura e Identificação

I. Identificação completa: Razão social, CNPJ, endereço e nome, RG e CPF do representante legal:
Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda, CNPJ 02.610.553/0001-91; End. Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR; Representante legal Sandra Mayumi Nakamura; RG 1.449.396-4; CPF 030.228.409-50.

II. Órgão/entidade e setor licitante:
Prefeitura de Contenda/PR

III. Modalidade/número de ordem
Concorrência nº 002/2020

IV. Proc. Administrativo nº:
254/2019

V. Finalidade da licitação/objeto:
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

VI. Dispositivo(s) ou ato(s) questionado(s):
Pedido de Reconsideração

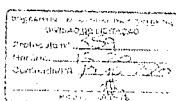
VII. Razões da impugnação/recurso:

Anexos

Contenda, 19 de outubro de 2020.

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 02.610.553/0001-91
SANDRÁ MAYUMI NAKAMURA

02.610.553/0001-91
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
CURITIBA - PR
FONE/FAX: (41) 3020-6830
E-MAIL: ec@ecotecnica.com.br



 Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba – PR
E-mail: ec@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3020-6830

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CONTENDA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DR. PATRIK ALVES

REF: CONCORRÊNCIA Nº 002/2020
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

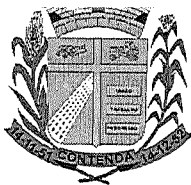
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.610.553/0001-91, com sede a Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, na cidade de Curitiba – PR, representada pela sócia Sandra Mayumi Nakamura, já devidamente identificada e qualificada junto à concorrência pública supra identificada, tendo em vista a decisão dos recursos administrativos apresentados ao processo licitatório em epígrafe, vem mui respeitosamente apresentar

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Com fundamento no art. 109, III e §4º, da Lei nº 8.666/93, combinado com o princípio da legalidade e o princípio da vinculação ao edital, como dispõe o art. 41 da mesma lei citada e itens 6.2 e 6.3 ambos do edital de concorrência pública nº 02/2020, visando a reconsideração da decisão emanada aos recursos administrativos apresentados pelos licitantes, especialmente no tocante à desclassificação da empresa Ecotécnica, como segue:

1. DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Em que pese a fase de julgamento da proposta técnica ainda não esteja devidamente esgotada, conforme indicamos em tópico próprio, houve julgamento dos recursos pela comissão de licitação (CPL) quanto à análise das propostas técnicas, cuja decisão foi enviada por e-mail à Ecotécnica em data de 13/10/2020:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

De: ecotecnica@ecotecnica.com.br
Para: AMM
Cc: ecotecnica@ecotecnica.com.br
Assunto: COMUNICADO DE JULGAMENTO DE RECURSO FASE PROPOSTA TÉCNICA CONCORRÊNCIA Nº 002/2020
Data: terça-feira, 13 de outubro de 2020 18:31:16
Assunto: COMUNICADO DE JULGAMENTO DE RECURSO, 2ª
Assunto: Julgamento do Recurso Fase Proposta Técnica - Concorrência 002/2020
Assunto: Termo de Referência

Bom dia

Segue em anexo o Julgamento e termo de Ratificação dos recursos apresentados na fase da Proposta Técnica CONCORRÊNCIA Nº 002/2020.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

ATT

Patrícia

Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Contenda
Av. João Franco, 400, Centro, Contenda/PR
CEP 85.730-000
Fone: (41) 98404-5402

Nos termos do edital em epígrafe, em seu item 21 constou a regra para a contagem dos prazos desta licitação, que no caso concreto decorre da intimação acima. Vejamos:

21. DOS PRAZOS.

- 21.1. Na contagem dos prazos, previstos neste Edital, exclui-se o dia da publicação, notificação ou convocação e inclui-se o dia do vencimento. Não se iniciam ou vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no LICITADOR.

Logo, o presente pedido de reconsideração é tempestivo o que nos permite passar às razões de reconsideração.



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

Ainda, dentre os documentos acostados às folhas 868 à 870, detectamos que algumas páginas do processo possuem numeração duplicada, ou seja, após a página 869 há outra página numerada como 868 e após a de nº 870, o que coloca em dúvida a lisura dos documentos que constam deste processo licitatório.

Sobre esta decisão, novamente nos deparamos com uma prova subjetiva (conforme explanado no item anterior), já que não possui vinculação com a CAT do conselho profissional.

Logo, o documento não pode ser considerado.

Os itens que seguem dizem respeito aos questionamentos da Inobservância às exigências do Anexo I (Termo de Referência), item 6.6.1.2, em relação a vários profissionais apresentados pela empresa Urbtec e, considerando que o tema é idêntico, apresentamos nosso pedido de reconsideração em conjunto, como segue abaixo:

2. a.3) Questionamos os documentos apresentados em relação ao profissional Sr. Gustavo Taniguchi por entendermos que não restou comprovada a experiência exigida no Anexo I, item 6 (item 6.1.2)

O JULGAMENTO DA CPL sobre os documentos apresentados para o profissional, assim decidiu: "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência."

2. a.4) Questionamos os documentos apresentados em relação à profissional administradora Sra. Mari Ligia Carvalho Leão não apresentou experiência em gestão pública e comprovação de pós graduação em administração financeira/econômica/gestão pública, conforme Anexo I, item 6.1.2.

O JULGAMENTO DA CPL sobre os documentos apresentados para a profissional, assim decidiu: "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência."

2. a.5) Questionamos os documentos apresentados em relação à advogada Luciane Leiria Taniguchi que não comprovou experiência em gestão pública ou elaboração de instrumentos técnicos jurídicos de ordenamento urbanístico ou ambiental, conforme Anexo I, item 6.1.2.

O JULGAMENTO DA CPL sobre os documentos apresentados para a profissional, assim decidiu: "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência."

Usamos discordar da decisão da CPL em relação aos itens acima (a.3, a.4 e a.5) e para tanto nos valem dos fundamentos usados pela própria CPL na decisão dos recursos quando invocou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual deve ser observado pela administração municipal e interessados na licitação e transcreve o art. 41 da Lei 8666/93.

Ainda, nos termos do edital da concorrência pública nº 02/2020, os itens 6.2 e 6.3, determinam que o Anexo I – Termo de Referência é parte integrante do edital, logo, é obrigatório para todas as fases do certame. Vejamos a transcrição do edital em relação a estes itens:

2. DA NECESSÁRIA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (CPL)

Tendo em vista a interposição de recursos à fase de julgamento da proposta técnica (envelope nº 2), apresentados pela Ecotécnica e Urbtec e, diante da decisão desta Ilustre Comissão de Licitações em desclassificar a empresa Ecotécnica, além de não deferir integralmente seu recurso em face à empresa Urbtec, pedimos a reconsideração da decisão emanada por entendermos que a esta não se encontra em conformidade com as disposições do edital de concorrência pública nº 02/2020 e ordenamento jurídico vigente.

Passamos a discorrer sobre os fatos e fundamentos que merecem reconsideração:

2.a) DO RECURSO APRESENTADO PELA ECOTÉCNICA EM RELAÇÃO À URBTEC:

A Ecotécnica questiona que os documentos da empresa Urbtec, por entender que não atendeu diversas exigências do edital, com consequente decisão da CPL, que em síntese seguem:

2.a.1) Questionamento sobre a coordenadora Sra. Zulma (atestado PDM de Ponta Grossa): O documento apresentado na proposta técnica foi emitido pela própria Urbtec e segundo a decisão da CPL a lei de licitações em seu art. 30, §4º admite atestados emitidos por pessoas de direito público ou privado e que a Urbtec emitiu tal atestado por ser o contratante do profissional.

Pois bem, para que tal decisão pudesse prosperar, deveria ter sido juntado ao envelope nº 02 – documentos da proposta técnica, documentos complementares ao atestado da Urbtec para comprovar tais fatos, especialmente um documento emitido pelo Município de Ponta Grossa para atestar a contratação, corroborando o atestado da Urbtec.

Considerando as informações acima e, mesmo ciente que a Lei de Licitações admita a emissão de atestados por pessoas de direito privado, não houve por parte da CPL qualquer diligência para o fim de verificar a informação junto ao Município contratante.

Deveria ter a Urbtec apresentado outros documentos para acompanhar seu atestado, como o fez quando da apresentação da comprovação do Município de Campo Grande – MS.

Em que pese as contrarrazões da Urbtec alegue que os documentos complementares ao seu atestado constam da página 417, tal documento se refere a fase de habilitação e nesta oportunidade o que se aprecia é a fase de proposta técnica e o edital é exigente ao prever a juntada de documentos para esta fase específica. Isto posto, não se pode querer justificar a ausência de documentos com a alegação de que estes já tenham sido apresentados posto que o edital não disciplina desta forma o procedimento da etapa técnica.

Tão pouco a CPL diligenciou a respeito, atraindo para si eventuais erros de análise técnica.

Por conseguinte, não houve a prova efetiva da veracidade documental.

2. a.2) Questionamento sobre a coordenadora Sra. Zulma (Município de Chopinzinho) Não se trata de atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Chopinzinho, mas documento diverso, qual seja, um termo de recebimento definitivo do PDM que não tem nenhuma relação com a CAT apresentada, como também não possui nenhum carimbo do CREA. Equivale dizer que, os documentos apresentados não guardam a necessária conformidade técnica nos termos exigidos pelo edital, ou seja, apresentação de atestado de capacidade técnica e CAT.

6.1. A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos anexos e anexos poderá ser examinada na Rua Maria do Carmo Cordero Santos, nº 74, barbaças, bairro centro em Contenda, Paraná, Brasil, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

6.2. São partes integrantes deste edital os seguintes elementos insinuídos, bem como quaisquer anexos e alterações emitidos de acordo com o item 3.3.

6.2.1. Termo de Referência (ANEXO N.º 01) - PARTE INTEGRANTE - **ANEXO DIGITAL**.

6.2.2. Carta Credencial (ANEXO N.º 02).

6.2.3. Declaração de recebimento de documentos (ANEXO N.º 03).

6.2.4. Declaração de validade do edital e inexistência de fatos supervenientes impedidores da habilitação (ANEXO N.º 04).

6.2.5. Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal pessoas de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho em um mesmo período de 16 (dezesseis) meses, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (Artigo 2º, inciso XXIII da Constituição Federal) (ANEXO N.º 05).

6.2.6. Proposta Técnica (ANEXO N.º 06).

6.2.7. Proposta de Preço (ANEXO N.º 07).

6.2.8. Comprovação de Capacidade Financeira (ANEXO N.º 08).

6.2.9. Atestado de Voto (ANEXO N.º 09) ou declaração formal de desistência (ANEXO N.º 10).

6.2.10. Carta Credencial para Visita Técnica (ANEXO N.º 11).

6.2.11. Relação Nominal dos Profissionais Designados (ANEXO N.º 12).

6.2.12. Declaração de Compromisso de Participação dos Coordenadores (ANEXO N.º 13).

6.2.13. Declaração de Compromisso de Participação dos Profissionais Designados (ANEXO N.º 14).

6.2.14. Declaração de que a proponente se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada para fins de aplicação da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (ANEXO N.º 15).

6.2.15. Quadro Relacional - Proposta Técnica e Documentos Complementares (ANEXO N.º 16).

6.2.16. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 17).

6.2.17. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 18).

6.2.18. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 19).

6.2.19. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 20).

6.2.20. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 21).

6.2.21. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 22).

6.2.22. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 23).

6.2.23. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 24).

6.2.24. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 25).

6.2.25. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 26).

6.2.26. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 27).

6.2.27. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 28).

6.2.28. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 29).

6.2.29. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 30).

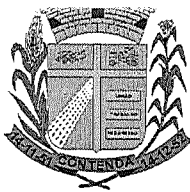
6.2.30. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 31).

6.2.31. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 32).

6.2.32. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 33).

6.2.33. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 34).

6.2.34. Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Grossa (ANEXO N.º 35).



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica.com.br - Fone/Fax: (41) 3026-8639



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica.com.br - Fone/Fax: (41) 3026-8639

Não nos resta dúvida que o Termo de Referência é parte integrante do edital e que não foi observado pela empresa Urbtec, conforme registramos em nosso recurso, o que exige a imediata reconsideração da decisão por parte desta respeitável comissão de licitação sob pena de ilegalidade.

No caso presente, o edital de concorrência n.º 02/2020, no item 6.2 e 6.3 é explícito quanto ao Termo de Referência, o que não foi observado pela CPL.

Peculiar destacar que em equívoco semelhante incorreu a comissão de licitação do Município de Boa Vista da Aparecida, em objeto licitatório similar, o qual recebeu parecer técnico do Paranaense para rever sua decisão, determinado à comissão de licitação a observância do Termo de Referência, por ser este documento integrante do edital.

Por conseguinte, ratificamos o não atendimento da comprovação documental em relação aos profissionais da Urbtec, quais sejam, Sr. Sr. Gustavo Taniguchi, Sra. Mari Lúcia Carvalho Leão e Dra. Luciane Leiria Taniguchi, ante a flagrante ausência do atendimento às exigências do Anexo I, item 6 (item 6.1.2), sendo providência de legalidade que a decisão da CPL seja prontamente reconsiderada.

2. a.6) Questionamos que a Urbtec apresentou cópias simples dos diplomas e carteiras profissionais, não atendendo ao edital item 11.1 que exige documento original ou cópia autenticada.

A CPL decidiu que documentos originais foram apresentados na fase de habilitação de modo que sobreveio a autenticação dos documentos. Invocou o princípio do formalismo moderado, visando um maior número de participantes para a busca da proposta mais vantajosa para a administração municipal.

Em que pese o fundamento invocado pela CPL, as regras do edital são claras e os documentos de habilitação não integravam o mesmo envelope da proposta técnica, logo, o item 11.1 (em sua parte final) do edital de concorrência n.º 02/2020 não foi atendido. Nos causa espanto a informação de que "sobreveio a autenticação dos documentos" que em outras palavras indicam que a CPL autenticou extemporaneamente os documentos da Urbtec, favorecendo-a para todos os fins.

Ratificamos o contido nas razões recursais, devendo tais documentos serem desconsiderados.

2.b) DO RECURSO APRESENTADO PELA ECOTÉCNICA EM RELAÇÃO À MAPTRIZ:

A Ecotécnica questiona que os documentos da empresa Maptriz, por entender que não atendeu diversas exigências do edital, com consequente decisão da CPL, que em síntese seguem:

2. b.1) Em relação aos documentos para comprovar a qualificação do Administrador Sr. Carlos Rogério Pereira Martins - não comprovou experiência em gestão pública e comprovação de pós-graduação em administração financeira/econômica/gestão pública, conforme Anexo I, item 6.1.2.

JULGAMENTO DA CPL: "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência."

2. b.2) Quanto aos documentos para a Comunicação Social, Sra. Érika Patrícia de Fátima Pellegrini Amlin, não comprovou a experiência em técnicas de dinâmicas de grupos e na atuação como facilitador

1 Concorrência Pública n.º 06/2019, processo administrativo n.º 131/2019.



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica.com.br - Fone/Fax: (41) 3026-8639



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: ecotecnica.com.br - Fone/Fax: (41) 3026-8639

Importante frisar que a empresa não incluiu uma nova coluna para preencher novamente a pontuação, pois a pontuação já constava do Anexo 06 e este mesmo anexo exigia que a pontuação a ser obtida, bem como os respectivos documentos comprobatórios fossem juntados ao anexo 15.

Veja que da proposta técnica, nenhum documento deixou de ser apresentado e, o citado Anexo 06 não é mera reprodução, mas um documento corretamente preenchido com todos os dados da empresa, estando datado e assinado.

Ainda, em nenhum lugar do edital consta que a empresa deveria incluir uma nova coluna para replicar a pontuação ou assinalar a pontuação ou fazer qualquer outra marcação e, no próprio anexo 06, em sua parte final, o documento constante do edital orienta que a pontuação e comprovantes devem ser incluídos no anexo 15 e isso foi atendido.

Vejam as observações da parte final do Anexo 6, abaixo destacadas:

PROFISSIONAL	2 - Termo de Referência (Anexo I)	4 - Regulamento de Licitação (Anexo II)
1 - Nome do Profissional	1 - Nome do Profissional	1 - Nome do Profissional
2 - CPF	2 - CPF	2 - CPF
3 - RG	3 - RG	3 - RG
4 - Data de Nascimento	4 - Data de Nascimento	4 - Data de Nascimento
5 - Data de Emissão da Carteira Profissional	5 - Data de Emissão da Carteira Profissional	5 - Data de Emissão da Carteira Profissional
6 - Data de Validade da Carteira Profissional	6 - Data de Validade da Carteira Profissional	6 - Data de Validade da Carteira Profissional
7 - Data de Emissão do Documento de Habilitação	7 - Data de Emissão do Documento de Habilitação	7 - Data de Emissão do Documento de Habilitação
8 - Data de Validade do Documento de Habilitação	8 - Data de Validade do Documento de Habilitação	8 - Data de Validade do Documento de Habilitação
9 - Data de Emissão do Documento de Qualificação	9 - Data de Emissão do Documento de Qualificação	9 - Data de Emissão do Documento de Qualificação
10 - Data de Validade do Documento de Qualificação	10 - Data de Validade do Documento de Qualificação	10 - Data de Validade do Documento de Qualificação

Destas forma, a alegação da Urbtec no sentido de que o Anexo não foi preenchido é incorreta e não corresponde ao documento apresentado pela Ecotécnica em sua proposta técnica.

Nos termos do edital o Anexo 06 e o Anexo 15 são complementares entre si e tudo foi devidamente atendido pela Ecotécnica.

Nos termos do edital, o Anexo 06 é um documento de diretriz à análise da CPL, que confere os documentos apresentados no Anexo 15 e revisa a pontuação segundo as diretrizes do Anexo 06. O próprio anexo 06 orienta que a pontuação e documentos devem ser comprovados através do Anexo 15 e isso foi devidamente atendido e comprovado pela Ecotécnica.

Portanto, o anexo 06 não é um documento comprobatório, mas sim um documento de diretriz que tem a função de agilizar a conferência documental por parte da CPL.

de pelo menos 03 eventos com a participação de diversos grupos de interesse, conforme item 6 - requisitos técnicos de consultoria - do Termo de Referência (Anexo 01), item 6.1.2.

JULGAMENTO DA CPL: "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência."

2. b.3) Em relação ao atestado de PDM do Município de Colorado não há comprovação da experiência exigida no item 6.1.2, principalmente no que diz respeito na atuação como facilitadora de eventos.

JULGAMENTO DA CPL: "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência."

Em suma, para todos fatos recursais apresentados em relação aos documentos da empresa Maptriz, a decisão da CPL foi única, ou seja, rejeita as regras do edital que ela mesma elaborou, violando a legalidade do julgamento da proposta técnica.

Verificando a decisão da CPL em relação aos recursos apresentados, constatamos contradição quando a comissão de licitação invoca o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, citando que este deve ser observado pela administração municipal e interessada na licitação, transcrevendo o art. 41 da Lei 8666/93 e ato subsequente, responde os recursos apresentados pela Ecotécnica, em face aos documentos da proposta técnica apresentados pelas empresas Urbtec e Maptriz, com a afirmação de que "em momento algum o instrumento edilício disciplina que a comprovação da proposta técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência", o que viola diretamente o próprio edital da concorrência pública n.º 02/2020, como já exposto anteriormente.

Diante dos fatos acima, é incontestável a ilegalidade da decisão da comissão de licitação, diante da violação às regras do edital em relação ao julgamento da proposta técnica das empresas Urbtec e Maptriz, para o que rogamos imediata reconsideração por parte da comissão de licitação, sob pena de nulidade dos atos praticados.

3. DA NECESSÁRIA RECONSIDERAÇÃO EM RELAÇÃO À DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA ECOTÉCNICA

A Licitante Urbtec também apresentou recurso ao julgamento da fase de análise das propostas técnicas, em relação aos documentos da empresa Ecotécnica, que em síntese versou:

3.a.1) Alega que o Anexo 6 - auto avaliação da proposta técnica, apresentado pela Ecotécnica não está preenchido, que não contém as informações exigidas pelo edital e a respectiva pontuação.

A CPL decidiu que o Anexo 06 correspondente a auto avaliação da proposta técnica não foi preenchido e não contém as informações dispostas em edital. Que a empresa se limitou a reproduzir a tabela sem realizar a correlação da pontuação com os documentos apresentados. Fundamenta sua decisão com o item 14.1.6 "A pontuação total obtida pelo proponente será resultado da análise realizada pela comissão de licitação da autoavaliação apresentada pela proponente, devidamente comprovada, que poderá chegar ao máximo de 100 (cem) pontos."

Ousamos discordar da decisão, pois a Ecotécnica não se limitou a reproduzir a tabela, mas de fato apresentou o Anexo exigido e comprovou cada item conforme constou do Anexo 15.

Segundo a CPL, a autoavaliação da proponente Ecotécnica não corresponde aos documentos apresentados já que o anexo 06 constou a pontuação máxima o que não representa os documentos apresentados. Este fundamento não é lógico e não pode prosperar porque se o entendimento é este, todas as empresas devem ser desclassificadas, pois todas tiveram suas pontuações modificadas pela CPL após a análise dos Anexos 06 e 15.

Curiosamente a CPL não invocou novamente o princípio do formalismo moderado, buscando o maior número de participantes para a busca da proposta mais vantajosa, considerando que a Ecotécnica apresentou todos os documentos da proposta técnica, mas optou em desclassificá-la.

Diante ao exposto, a reconsideração da decisão da CPL é a medida que se espera, nos termos do edital.

3.a.2) Outro ponto do recurso da Urbtec em relação à empresa Ecotécnica versa sobre a documentação comprobatória do coordenador Walter Gustavo Linzmeyer - coordenador de plano diretor municipal (atestados de Criciúma, Laguna e Curitiba). Questiona que o atestado n.º 540328 (revisão do plano diretor de Curitiba) é expresso sobre este profissional não ter sido o coordenador, mas sim representante do CAU, entendimento que foi acompanhado pela CPL, sob argumento de que o documento apresentado não corresponde ao objeto da licitação, pois se trata de apoio em discussões de cunho técnico e teórico em prol da revisão do PDM.

Novamente discordamos da decisão da CPL, visto que:

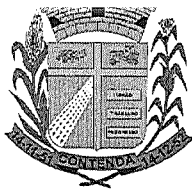
✓ atendeu ao exigido no item 14.1.2 (comprovar função de coordenador do PDM por período superior a 5 meses), que a CAT-A n.º 540328 juntada ao envelope 2 comprova a coordenação e supervisão do PDM junto à Câmara de 15/4/2014 à 31/12/2014, acompanhado de vários registros fotográficos. Que a discussão do PDM perante o legislativo também integra a elaboração do PDM, inclusive o MPPR adverte que compete ao Legislativo adotar os mesmos cuidados que o executivo em relação ao contido no art. 40 do Estatuto da Cidade;

✓ Edital não vincula a comprovação em relação ao poder executivo, sendo que a etapa de tramitação perante o Legislativo tem a mesma relevância e importância ao PDM, nos termos do art. 40, §4º do Estatuto da Cidade e deve ser conduzida por profissional capacitado e conhecedor do processo inteiro, no caso o coordenador apresentado.

✓ Que a decisão da CPL afronta ao art. 40, §4º do Estatuto da Cidade ao desconsiderar os trabalhos do coordenador perante o Poder Legislativo e o próprio edital que não traz nenhuma ressalva neste sentido.

DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS AINDA PENDENTE DE CONCLUSÃO:

Considerando que após a análise dos recursos a comissão de licitação repontuou as notas técnicas e, diante da necessidade da reconsideração ora requerida, a fase de julgamento da técnica, correspondente ao contido no envelope n.º 02 ainda pendente de conclusão, sendo necessário o agendamento de nova data para a correta identificação e classificação das empresas licitantes, bem como suas respectivas notas e apuração da nota técnica da proposta (NTP).



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.
Curitiba - PR
E-mail: etec@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-5539

A fim de exemplificar o caso concreto, no recurso que apresentamos em face da empresa Urbtec, questionando os documentos dos Municípios de Clevelândia e Mandrituba por não possuírem carimbo do CREA, logo não estarem vinculados à CAT, obtivemos deferimento pela Comissão de Licitação. Tal feito resultou na redução da pontuação da proposta técnica da URBTEC de 95 pontos para 93 pontos.

Contudo, a apuração da NTP da Urbtec como das demais empresas, encontra-se pendente de conclusão até a presente data.

Requer-se a intimação de nossa empresa para o prosseguimento e conclusão da fase de análise da proposta técnica, já considerando a reforma da decisão desta ilustre comissão de licitação em relação aos recursos apresentados pela Ecotécnica em face das empresas Urbtec e Maptriz, que certamente decorrerá do presente petítório.

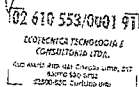
DOS PEDIDOS:

1. Pedimos pela reconsideração integral da decisão recursal emanada por esta ilustre comissão de licitação, para o fim de emitir nova decisão sobre os recursos interpostos, como fim de prover integralmente o recurso apresentado pela empresa Ecotécnica e indeferir integralmente o recurso apresentado pela empresa Urbtec.
2. Que seja expressamente declarada a classificação e respectiva nota da pontuação técnica da empresa Ecotécnica, para o fim de afastar qualquer dúvida em relação ao julgamento da proposta técnica.
3. Que a fase de julgamento da técnica tenha data reagendada para sua conclusão, eis que até a presente data as novas notas técnicas de propostas não foram apuradas, considerando as alterações de notas decorrentes dos recursos apresentados.
4. Caso esta ilustre comissão de licitação mantenha a decisão de ambos recursos, especialmente a desclassificação da empresa Ecotécnica, requeremos que este expediente seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, na qualidade de autoridade superior, para que aprecie o presente pedido de reconsideração e emita decisão sobre o caso concreto, nos termos do contido no art. 109, III e §4º, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o princípio da legalidade, vantajosidade à administração na amplitude de concorrência, o princípio da vinculação ao edital (itens 6.2 e 6.3 do edital de concorrência pública n.º 02/2020), como dispõe o art. 41 da mesma lei citada.

É o que se pede.

Curitiba, 16 de outubro de 2020.

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 02.610.553/0001-91
SANDRA MAYUMI NAKAMURA



II - DA ANÁLISE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Nos termos do disposto no inciso III, do artigo 109 combinado com o artigo 87, incisos IV e § 3º, todos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, cabe pedido de reconsideração da decisão que impõe penalidade de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

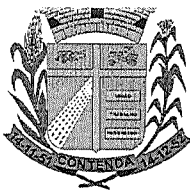
Embora a dicção legal do inciso III, do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 se refira erroneamente ao § 4º do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993 – pelo qual inclusive é inexistente no diploma legal –, deve-se considerar que o legislador pretendeu se referir ao § 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993, pelo qual trata de hipótese de imposição de penalidade de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Vejamos a combinação dos dispositivos em questão:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

~~e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta Lei;~~

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; *(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

(...)

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III)

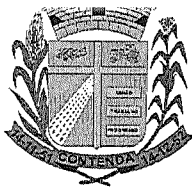
Nesse sentido preleciona Jessé Torres PEREIRA JÚNIOR¹ que:

O pedido de reconsideração é de aplicação restrita à inconformação do que foi declarado inidôneo para participar de licitações e contratar com a Administração; à Lei nº 8.883/94 escapou evidente erro material da Lei nº 8.666/93, quando, no inciso III do art. 109, faz remissão ao § 4º do art. 87, que não existe; a remissão correta é ao § 3º do art. 87.

Nesse diapasão, vez que o presente Pedido de Reconsideração, fundada no inciso III, do artigo 109 combinado com o artigo 87, incisos IV e § 3º, todos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, tem como fundamento razões já apreciadas pela Comissão de Licitação e decididas pela autoridade superior competente, não impera o mesmo ser admitido uma vez que já havia sido tratado o mérito.

No entanto, a Comissão Permanente de Licitação, com vistas a preservar o direito constitucional de Petição e transparência dos procedimentos licitatórios, passa a expor:

¹ in Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 8ª edição, 2009, Renovar, pág. 972



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

III. DA ANÁLISE DA PETIÇÃO

Insurge-se a empresa por meio de petição contra a decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua Proposta Técnica – Envelope nº 02

Cabe ressaltar que contra a decisão dada pela Desclassificação da Proposta Técnica – Envelope nº 02 a peticionante já interpôs recurso administrativo, apreciado detalhadamente pela Comissão Permanente de Licitação, cujos termos foram devidamente ratificados pela autoridade superior, negando as razões recursais.

Ou seja, as argumentações da peticionante foram submetidas a análise e manifestação da Comissão Permanente de Licitação da qual assim se manifestou, *ipsis litteris*:

O instrumento editalício assim dispõe quanto a documentação pertinente a proposta técnica, devem ser emitidos pelos contratantes:

11.2.1. Proposta Técnica (ANEXO N.º 06);

11.2.2. Atestados, emitidos pelos contratantes, e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dos Profissionais Designados (exceto Coordenador(a)) como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;

11.2.3. Atestados, emitidos pelos contratantes, dos Profissionais Designados, exceto do(a) Coordenador(a) e dos profissionais do subitem "11.2.2.", como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 30, disciplina os requisitos da documentação relativa à qualificação, e que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Veja-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (...)

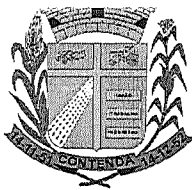
§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Nesse caso, pode-se enquadrar com a comprovação de qualificação técnica mediante a apresentação de atestados, consoante interpretação do § 4º do artigo 30, ou seja, fornecida através de pessoa jurídica de direito público ou privado.

Foi realizada nova análise pela Comissão Permanente de Licitações aos documentos apresentados em atendimento a qualificação técnica pela empresa URBTEC™ – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, quanto ao recurso apresentado, onde passamos a descrever.

A - REFERENTE OS ATESTADOS APRESENTADOS:

Quanto ao atestado de capacidade apresentado referente ao Plano Diretor do município de Ponta Grossa, foi apresentado atestado em nome da empresa URBTEC™ – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, o qual segue abaixo:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

000846



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATIVIDADES
Nº 00080801453002

02/05/2009

Atestamos que o profissional, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, sob o nº 00080801453002, realizou os serviços de elaboração do Plano Diretor Municipal de Contenda, conforme consta no contrato nº 00080801453002, celebrado em 04/05/2008, e que os mesmos foram concluídos e entregues em 02/05/2009.

DADOS DO PROFISSIONAL DE REGISTRO	
Nº de Registro	00080801453002
Nome	ROBERTO DE CARVALHO
Endereço	Rua: RUA SANTOS DUMONT Nº 3563
Cidade	CHOPINZINHO
UF	PR
CEP	85560-000
Atividade Técnica	ASSISTÊNCIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA
Área de Competência	PLANEJAMENTO URBANO
Tipo de Obra/Serviço	PLANEJAMENTO FÍSICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL
Assinada	OUTROS, PROJETO

Da mesma maneira podemos ver na Certidão de Acervo Técnico apresentada referente aos Serviços prestados para elaboração do Plano Diretor no Município de Chopinzinho, pela empresa RZS – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, qual segue:

000869



Certidão de Acervo Técnico – CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo Técnico

7506/2007

Número da ART: 20080625615 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/Serviço	
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrado em: 24/05/2008 Baixado em: 08/05/2007 Forma de registro: Individual	
Participação técnica: Individual	
Empresa contratada: RZS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA-ME	
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO CNPJ: 75.995.414/0001-60	
Rua: RUA SANTOS DUMONT Nº 3563	
Complemento: Bairro: CENTRO	
Cidade: CHOPINZINHO UF: PR CEP: 85560-000	
Contrato: celebrado em 04/05/2008	
Valor do contrato: R\$ 58.585,50 Tipo de contratante: Não informado	
Dimensão: 1,00 Unidade de Medida: SERV	
Atividade Institucional:	
Endereço da obra/serviço: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO Nº: SN	
Bairro: BAIRRO NAO INFORMADO	
Cidade: CHOPINZINHO	UF: PR
CEP: 85560-000	

Finalidade: Outro

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; Atividade Técnica: ASSISTÊNCIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA; Área de Competência: PLANEJAMENTO URBANO; Tipo de Obra/Serviço: PLANEJAMENTO FÍSICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL; Serviço Contratado: ART CLAUSULA COMPROMISSÓRIA

Assinada: OUTROS, PROJETO

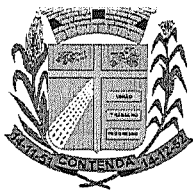
Observações:

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Assim podemos ver que os atestados apresentados referente ao serviço realizado no Município de Ponta Grossa e no Município de Chopinzinho, atenderam as exigência do edital, onde solicitada "Atestado, emitido em nome da constante, (...) conforme descrito no item 11.2.2², do edital, sendo que o profissional foi contratado pela empresa URBTECTM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA e RZS – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – ME, sendo estas as contratantes a atestar os serviços realizados pelo profissional, e não os Municípios.

Portanto, no caso em tela, a empresa recorrida apresentou atestados emitidos pelas contratantes de direito privado, de forma que a devida qualificação e aceitação atende a exigência do edital.

² Atestados, emitidos pelos contratantes, e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dos Profissionais Designados (exceto Coordenador(a)) como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Sendo assim mantém-se os atestados apresentados aos serviços da pessoa jurídica de direito privado prestados ao Município de Ponta Grossa e Município de Chopinzinho válidos.

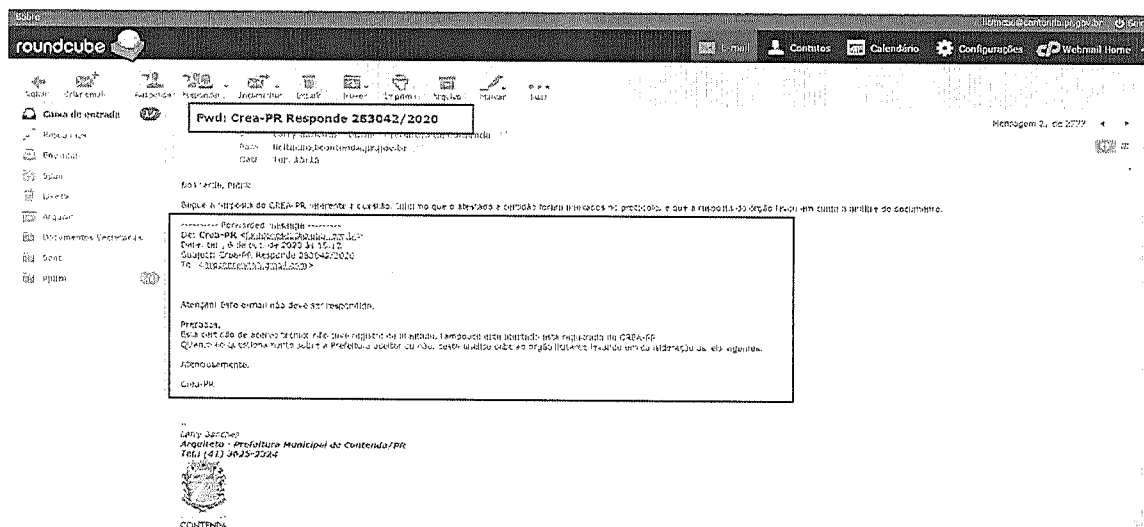
Com relação aos atestados de capacidade técnica aos serviços prestados para os Municípios de Umuarama, Uberlândia e Fazenda Rio Grande, apresentados pela empresa URBTEC™ – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, em que pese os destaques realizados pela recorrente, os mesmos foram desconsiderados para fim de pontuação final pela Comissão Permanente de Licitação ainda na sessão de abertura do Envelope nº 02 – Proposta Técnica.

Quanto os atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico apresentados pelos serviços prestados aos Municípios de Clevelândia e Mandirituba, denota-se que assiste razão a recorrente, visto que o item 11.2.2 assim disciplina:

11.2.2. Atestados, emitidos pelos contratantes, e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dos Profissionais Designados (exceto Coordenador(a)) como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica

Verifica-se que a recorrida apresentou atestado, porém, este não demonstra registro junto ao respectivo Conselho de Classe.

Por cautela, diligenciou-se junto ao CREA/PR, cuja qual em resposta, informa que a Certidão de Acervo Técnico não teve registro de atestado. Assim vejamos:

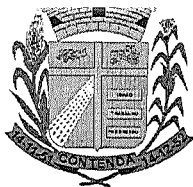


Assim, pelo princípio da vinculação do instrumento convocatório, verifica-se que a recorrida não atendeu ao disposto no item 11.2.2, sendo que os Atestados apresentados não possuem registro junto ao respectivo conselho de Classe, o que viola o atendimento do seu disposto.

Portanto, os atestados relacionados a prestação de serviços junto aos município de Clevelândia e Mandirituba merecem ser desconsiderados pela sua pontuação, visto que não atende a forma disposta no item 11.2.2.

Em razão disso, a pontuação final da recorrida torna-se em **93 pontos**, nos seguintes termos:

URBTEC - PROPOSTA TÉCNICA			
COORDENADORA - ZULMA DAS GRAÇAS			
	ATESTADO	ACERVO	PONTUAÇÃO
01 - CAMPO GRANDE -	OK	OK	26
02 - PONTA GROSSA -	OK	OK	27
03 - LONDRINA -	OK	Não apresentou acervo, foi apresentado apenas ART.	---
04 - FRANCISCO BELTRÃO -	OK	OK	28
		Pontuação Total	28
INTEGRANTE			
	ATESTADO	ACERVO	PONTUAÇÃO
01 - CHOPINZINHO	Atestado apresentado não possui registro junto ao respectivo conselho de Classe	OK	---



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

02 - SANTA IZABEL	OK	OK	13
03 - CLEVELÂNDIA	Ok	OK	14
04 - CANDÓI	OK	OK	15
05 - TIJUCAS DO SUL	OK	Não apresentou acervo técnico	----
06 - MANDIRITUBA	Atestado apresentado não possui registro junto ao respectivo conselho de Classe	OK	----
07 - FAZENDA RIO GRANDE	ok	Não apresentou acervo técnico	----
08 - UMUARAMA	ok	Não apresentou acervo técnico	----
09 - UBERLÂNDIA	ok	Não apresentou acervo técnico	----
		Pontuação Total	15
PROFISSIONAIS	ATESTADO	CARTEIRA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO
CORDENADORA - ZULMA DAS GRAÇAS	OK		5
ENGENHEIRO CIVIL - GUSTAVO	OK	OK	10
ADMINISTRADORA - MARI LIGIA	OK	OK	10
ADVOGADA - LUCIANE L.	OK	OK	10
ENG. AMBIENTAL - ALTAIR	OK	OK	10
FACILITADOR - PAULO VICTOR	OK		5
		Pontuação Total	50

B – DOCUMENTOS APRESENTADOS DOS PROFISSIONAIS:

Podemos ver que o item 11 – Envelope nº 2 – Proposta Técnica e seus subitens descreve claramente os documentos que deverão ser apresentados no presente envelope, vejamos a seguir:

11 - ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA.

11.1. Deverá ser apresentado 01 (um) ENVELOPE N.º 02 devidamente fechado e inviolado, contendo a proposta técnica, em uma via, contemplando todo o conteúdo descrito no ANEXO N.º 06, em linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, assinada pela proponente ou pelo(s) representante(s) legal(is) com poderes devidamente delegados para tal. Caso a proposta técnica não esteja assinada, o(a) representante legal da proponente com tais poderes poderá fazê-lo durante a sessão de abertura dos envelopes, na presença dos demais participantes. A documentação comprobatória da proposta técnica deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada.

11.2. Deverão estar inseridos no ENVELOPE N.º 02:

11.2.1. Proposta Técnica (ANEXO N.º 06);

11.2.2. Atestados, emitidos pelos contratantes, e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dos Profissionais Designados (exceto Coordenador(a)) como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;

11.2.3. Atestados, emitidos pelos contratantes, dos Profissionais Designados, exceto do(a) Coordenador(a) e dos profissionais do subitem “11.2.2.”, como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;

11.2.4. Cópias de Carteiras Profissionais emitidas pelos órgãos de classe, quando exigido para o exercício da profissão, de todos os profissionais designados, e Cópia do Diploma de Graduação, reconhecido pelo Ministério de Educação, no caso do Facilitador;

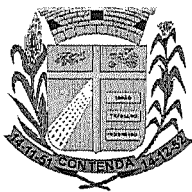
11.2.5. Quadro Relacional - Proposta Técnica e Documentos Comprobatórios (ANEXO N.º 15).

Em momento algum o instrumento editalício disciplina que a comprovação da Proposta Técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência.

Portanto, verifica-se que a empresa proponente atende com as exigências do instrumento convocatório, demonstrando a comprovação da qualificação técnica através dos documentos apresentados na proposta técnica, não merecendo prosperar as razões recursais da recorrente.

C – AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Da alegação dos documentos apresentados sem autenticação no envelope 02 – Proposta Técnica da empresa URBTEC™ – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Cumpra-se destacar que a Comissão Permanente de Licitação procedeu com diligências aos documentos apresentados no envelope 01 – Habilitação, cujo qual encontram-se devidamente autenticados.

Assim em atenção aos princípios do formalismo moderado e a busca da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração com maior número de potenciais participantes, e em consonância com o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação procedeu com a diligência junto a via original dos Documentos apresentados pela empresa junto aos documentos de Habilitação, de modo que sobreveio a autenticação do documento.

Desta forma não merece prosperar o recurso apresentado pela empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA quanto a documentação apresentada, visto que a empresa URBTEC™ – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA atendeu a exigência do edital previsto no item 9.1³ quanto a apresentação dos documentos autenticados para o processo, constante no envelope nº 01.

1.2 Do recurso apresentado pela empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.610.553/0001-91 quanto à habilitação apresentada pela empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME.

Novamente, podemos ver que o item 11 – Envelope nº 2 – Proposta Técnica e seus subitens descreve claramente os documentos que deverão ser apresentados no presente envelope, vejamos a seguir:

11 - ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA.

11.1. Deverá ser apresentado 01 (um) ENVELOPE N.º 02 devidamente fechado e inviolado contendo a proposta técnica, em uma via, contemplando todo o conteúdo descrito no ANEXO N.º 06, em linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, assinada pela proponente ou pelo(s) representante(s) legal(is) com poderes devidamente delegados para tal. Caso a proposta técnica não esteja assinada, o(a) representante legal da proponente com tais poderes poderá fazê-lo durante a sessão de abertura dos envelopes, na presença dos demais participantes. A documentação comprobatória da proposta técnica deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada.

11.2. Deverão estar inseridos no ENVELOPE N.º 02:

11.2.1. Proposta Técnica (ANEXO N.º 06);

11.2.2. Atestados, emitidos pelos contratantes, e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dos Profissionais Designados (exceto Coordenador(a)) como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;

11.2.3. Atestados, emitidos pelos contratantes, dos Profissionais Designados, exceto do(a) Coordenador(a) e dos profissionais do subitem “11.2.2.”, como comprobatório dos critérios de pontuação da Proposta Técnica;

11.2.4. Cópias de Carteiras Profissionais emitidas pelos órgãos de classe, quando exigido para o exercício da profissão, de todos os profissionais designados, e Cópia do Diploma de Graduação, reconhecido pelo Ministério de Educação, no caso do Facilitador;

11.2.5. Quadro Relacional - Proposta Técnica e Documentos Comprobatórios (ANEXO N.º 15).

Em momento algum o instrumento editalício disciplina que a comprovação da Proposta Técnica deve atender as disposições contidas no termo de referência.

Portanto, verifica-se que a empresa proponente atende com as exigências do instrumento convocatório, demonstrando a comprovação da qualificação técnica através dos documentos apresentados na proposta técnica, não merecendo prosperar as razões recursais da recorrente.

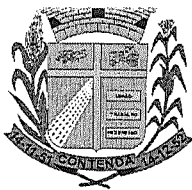
Ante o exposto, as alegações apresentadas pela peticionante ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, não são hábeis para modificar o resultado de julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação.

V – DECISÃO DE JULGAMENTO RECURSAL

Diante da análise de julgamento em fase recursal, a Comissão Permanente de Licitação conhece dos recursos interpostos, para no mérito, **nos termos da análise recursal supramencionada:**

- a) Retificar a decisão de pontuação total para empresa URBTEC™ – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA – CNPJ 02.689.532/0001-03, passando a dispor com 93 Pontos.**
- b) Considerar Desclassificada a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, em razão da autoavaliação não se correlacionar com a documentação comprobatória apresentada, como disposto no item 14.1.6.**

³ Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada (em Tabelião de Notas ou pela Comissão Permanente de Licitação na sessão de abertura do envelope nº 01 em confronto com o original), publicação em órgão da imprensa oficial ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor e deverão estar com prazo de validade em vigor.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

c)

Manter a decisão de pontuação total para a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME – CNPJ 80.921.489/0001-73.

Ante o exposto, sopesando as alegações apresentadas pela peticionante, e a análise dada na Proposta Técnica – Envelope 02, não são hábeis para modificar o resultado de julgamento proferido anteriormente pela Comissão Permanente de Licitação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Consubstanciada em todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação conhece os argumentos da petição, e submete o assunto ao conhecimento da autoridade do Senhor Prefeito, com a análise das alegações apresentadas pela empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA** com a indicação de que não são hábeis para modificar o resultado proferido na fase da Abertura do Envelope nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA, o que enseja pelo **NÃO PROVIMENTO**, mantendo-se incólume o resultado de julgamento de **DECLASSIFICAÇÃO** na fase da Proposta Técnica Envelope nº 02 por esta Comissão.

A Comissão Permanente de Licitação remete este julgamento, bem como, todo o processo licitatório à autoridade do Excelentíssimo Senhor Prefeito para ratificação ou retificação da decisão, para após, proceder com a publicação e ao comunicado da decisão final a todos os participantes.

Contenda, 24 de novembro de 2020.



PATRIK ALVES

Presidente da Comissão Permanente de
Licitações



ODETE PAVLIK

Membro da Comissão Permanente de
Licitações



HELENA GAWLAK

Membro da Comissão Permanente de
Licitações



LARRY HUGO SANCHES

Membro da Comissão Permanente de
Licitações